

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

Ivone Deveza Chagas

**Postos de atendimento como ferramenta preventiva da delinquência
infanto-juvenil: desafios e possibilidades.**

São Paulo

2013

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

Ivone Deveza Chagas

**Postos de atendimento como ferramenta preventiva da delinquência
infanto-juvenil: desafios e possibilidades.**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus São Paulo -
como exigência parcial para a obtenção do título de
Especialista em Formação de Professores – ênfase no
Magistério Superior.

**Orientadora: Prof^ª. Ma. Neiva Cristina da Silva Rego
Ravagnoli**

São Paulo

2013

Ivone Deveza Chagas

**Postos de atendimento como ferramenta preventiva da delinquência
infanto-juvenil: desafios e possibilidades.**

Após análise da monografia apresentada, a banca examinadora composta pelos seguintes membros:

1. Profa. Ma. Neiva Cristina da Silva Rego Ravagnoli

2. Profa. Ma. Karin Claudia Nin Brauer

Suplente: Prof. Me. S. Luiz Henrique Silotto

Atribuiu ao (à) aluno(a) a nota: _____ (_____)

Considerando-o

APROVADO

APROVADO COM CORREÇÕES

NÃO APROVADO

Comentários:

São Paulo, ____ de _____ de _____

ATESTO QUE AS CORREÇÕES SOLICITADAS FORAM EFETUADAS.

São Paulo, ____ de _____ de _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo carinho e apoio dispensados em todos os momentos em que precisei e por todas as contribuições oferecidas para a conclusão desse trabalho.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Ma. Neiva Cristina da Silva Rego Ravagnoli por seu apoio e por compartilhar seu conhecimento que me auxiliou nos obstáculos enfrentados no entendimento do assunto abordado.

Agradeço à Banca Examinadora, Profa. Ma. Karin Claudia Nin Brauer e Prof. Me. Luiz Henrique Silotto pela leitura atenta e inferências realizadas no meu trabalho.

Agradeço a todos os professores do Curso de Formação de Professores com ênfase no magistério superior, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, pela dedicação e ensinamentos.

RESUMO

Este trabalho desenvolve uma pesquisa bibliográfica sobre o papel da sociedade, da escola e da família no contexto educacional, cultural e familiar do jovem. Trata-se de uma análise das situações conflituosas enfrentadas pela família tais como a ausência da figura parental, de diálogo e questões relacionadas às drogas que afetam especialmente os jovens, aqueles que estão em plena fase de desenvolvimento. Com base nos temas discutidos, a saber, o tripé família, sociedade e escola, educação preventiva e das considerações sobre a delinquência juvenil e as drogas, o objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de ação: os postos de atendimento como ferramenta de apoio a família, cujo objetivo é oferecer um programa preventivo que contemple uma ação compartilhada entre a família, escola e sociedade. A pesquisa mostra a necessidade de um espaço direcionado que promova a melhoria das relações familiares, um local acolhedor e aberto à comunidade para a troca de ideias e facilitar o convívio social; um espaço que desenvolva atividades que promovam e estimule ações colaborativas no âmbito escolar, familiar e comunitário e de forma a contemplar um programa preventivo educacional.

Palavras chave: Educação preventiva. Delinquência infanto-juvenil. Postos de atendimento.

ABSTRACT

This paper develops a bibliographic research on the role played by society, school and family both in an educational, cultural and parental context of the youth. It consists in an analysis of conflicted situations faced by the families such as lack of parental figure, lack of dialogue and drug-related issues particularly suffered by the youngest, which are at full development stage. Based on the known topics discussed, such as the tripod consisted on society, family and school as a foundation for a preventive education, as well as the considerations on juvenile delinquency and drugs, this paper aims on presenting a plan of action: service stations as a support tool to the family, whose goal lies in offering a preventive program that contemplates a shared act between family, school and society. The research shows the need for a place intended for the enhancement of family relationships, a welcoming place open to the community for exchanging ideas and smooth social interaction, a place in which to develop activities that promote and encourage collaborative action within the school, family and community in order to contemplate a preventive education program.

Key words: Preventive education. Juvenile delinquency. Service stations

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Teia Global 12

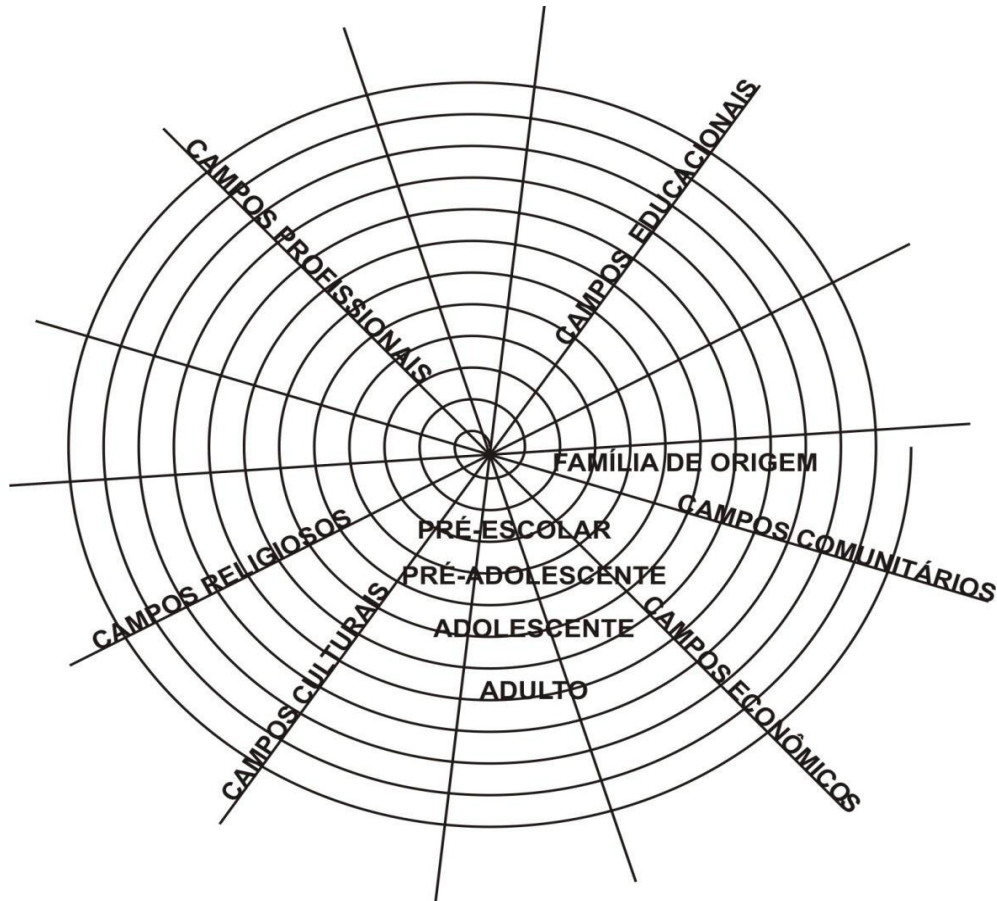


Figura 1 – Teia global
Fonte: CORSARO (2011, p. 38)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 O tripé: família, sociedade e escola.....	11
2.1.1 Educação preventiva.....	19
2.2 A delinquência juvenil e as drogas	28
3 METODOLOGIA	36
4 POSTOS DE ATENDIMENTO COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

A participação nos programas de formação continuada e o contato diário com alunos de diversas faixas etárias e em diferentes instituições de ensino possibilitam ao professor adquirir experiência didático-pedagógica, articulação e suporte paralar com os vários atores participantes do processo educativo. Esse percurso pedagógico, seja no sistema público ou privado, é um processo desafiador que ao mesmo tempo surpreende, gera estresse, alegria e muitos outros sentimentos. Sob tal circunstância, o professor crítico e reflexivo questiona e se empenha em estabelecer diálogos, intervenções e estratégias na busca de mudanças efetivas dentro do universo escolar.

No ano de 2008 participei do processo seletivo em uma das unidades da Fundação Casa. Essa experiência me levou a observar como professora e cidadã, a realidade social de uma população jovem privada de liberdade por cometer ato infracional.

A Fundação Casa é uma instituição que oferece serviços de atendimento socioeducativo. O processo de reinserção social se fundamenta numa parceria coletiva: educadores, adolescentes e famílias, cuja proposta é transformar a realidade atual em oportunidade de mudança para o adolescente atendido.

Por ter este caráter socioeducativo me propus a conhecer e interessar mais pelo jovem em si, suas dificuldades e expectativas. O complexo mundo vivido pelo educando/infrator me levou a refletir, sobre o porquê ou o real motivo, além do delito praticado, uma criança ou jovem que tem tudo pela frente, uma pessoa em pleno desenvolvimento, se desligar ou interromper-se da maravilhosa associação familiar e social, ter sua liberdade restrita, internado em instituição destinada a criança e ao adolescente.

Cabe esclarecer que não será o foco de análise desse trabalho a apuração de ato infracional praticado ou as medidas socioeducativas aplicadas e atribuídas ao adolescente, embora um estudo de tais medidas que conduzem essa parcela jovem da nossa sociedade a ter um período tão importante da sua vida, sob um regime de semiliberdade, liberdade assistida ou diante da excepcionalidade, privada de liberdade numa instituição socioeducativa exclusiva para adolescente seja um assunto considerado relevante.

Todavia, os motivos que levam os jovens a interromperem a associação familiar e terem sua liberdade restrita dentro de uma instituição socioeducativa devido aos delitos praticados, nos levam a pensar com mais atenção o contexto social, cultural e familiar e sobre

algumas situações que podem comprometer ou favorecer o desenvolvimento social desajustado.

Há, de fato, uma carência afetiva, algumas vezes o ambiente familiar não é acolhedor, apresenta desestruturado, falta de limites, relações familiares conflituosas e o existente modelo familiar flexível. Além dos fatores socioeconômicos, a problemática das drogas, seja na forma de consumo, seja como valor econômico, ausência de políticas públicas preventivas, e oferta de serviços que atendam o indivíduo nas esferas sociais e educacionais são alguns dentre outros problemas difíceis de resolver e que exige atenção de forma mais cuidadosa.

A partir dessas situações, é preciso pensar quanto ao nosso papel enquanto pais, professores, cidadãos, instituições governamentais e não governamentais. Pensar até que ponto é importante nos preocuparmos sobre a futura geração, sobre as medidas que podem ser criadas para o atendimento público preventivo especializado e o quanto se discute sobre esses fatores sociais que envolvem e afetam essa população jovem.

Diante desse cenário é possível inferir que como cidadãos sejam analisados mais profundamente sobre as seguintes situações

- o ambiente do adolescente;
- a dinâmica da instituição familiar;
- a ausência de implantação de políticas públicas que ofereça serviços de prevenção ao indivíduo e que respeite sua condição social;
- a necessidade de um olhar investigativo e questionador, concomitante com ação política/pedagógica reflexiva.

Diante dessas considerações, o objetivo deste trabalho é discutir os papéis desempenhados pela sociedade, família e escola na educação das crianças e adolescentes contemporâneos; as situações relacionadas à delinquência juvenil, especialmente às drogas, haja vista estar relacionada direta ou indiretamente ao maior número de delinquências; e propor ações favorecedoras para uma educação preventiva que embarque aqueles diretamente envolvidos nos contextos de delinquência infanto-juvenil.

Para cumprir com tais objetivos, este trabalho foi dividido em três seções, dedicadas, consecutivamente a apresentar a teoria nas quais a pesquisa se embasa, a metodologia que orientou o seu desenvolvimento, e uma proposta de ação advinda das interpretações dos estudos examinados.

Assim, apresento na Seção 2 deste trabalho, a teoria que embasa o desenvolvimento desta pesquisa, a saber: estudos que discorrem sobre o papel da família enquanto instituição

social (MANTOVANI, 2004; CORSARO, 2011; FREITAS, 2002; HAECHELT, 2008; CARVALHO, 2002; SARRAMONA, 2009; FREIRE, 2000; WAGNER, 2001; CAVALCANTE, 1999; GONZÁLEZ E GUARECHI, 2010; CURY, 2001; CURTY, 2001; ABRAMO, 2007; HILLESHEIM e CRUZ, 2010; MARLATT 2003; DRUMMOND, 1998; SANTOS, 1997; GOHN, 2008; SAMPAIO, 2007; LOSACCO, 2007) e as diretrizes e orientações propostas nos documentos oficiais: a Constituição Brasileira (1988), o Estatuto da criança e do adolescente (1990) e o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, (2008).

Na seção 3 apresento os procedimentos metodológicos no qual este trabalho se desenvolve; uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo (KOCHE, 1998; LAKATOS; CERVO, 1978; SEVERINO, 2007).

Na seção 4 apresento uma proposta de ação: os postos de atendimento como local direcionado a comunidade, cuja proposta é a melhoria das relações humanas, da construção do diálogo se fundamentando num sistema preventivo educacional. Por fim, apresento as considerações que submergiram do desenvolvimento deste trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O tripé: família, sociedade e escola

O atual sistema em que vivemos apresenta-se cada vez mais competitivo e exigente nos aspectos financeiro, econômico e profissional. Ficamos sujeitos a determinadas normas e a um modelo social que, algumas vezes pode levar determinadas famílias a enfrentar dificuldades para inserirem-se em tais padrões. A busca por um padrão de vida melhor e o esforço para conquistar o sucesso profissional demandam empenho e dedicação pessoal, que podem comprometer o relacionamento familiar.

Nesse sentido, é possível que determinadas famílias tenham dificuldades em compartilhar simples atividades vistas até pouco tempo como tão normais e corriqueiras, ou seja, pequenos gestos que poderiam fortalecer e estreitar os vínculos familiares.

A ausência do contato familiar ou tempo insuficiente devotado para o cuidado amoroso dos filhos pode acarretar, no futuro, surpresas desagradáveis. É possível que, com essa falta de tempo os filhos cresçam sem a supervisão amorosa dos pais, orientação adequada e apoio emocional. Essa eventual falta de investimento nas relações familiares repercutiria nos filhos, reflexo ou o resultado final de tal conduta.

Sobre as atitudes e comportamentos, sobre a instituição familiar e seu pertencimento, podemos observar nas palavras de Mantovani (2004, p. 25), que os filhos aprendem logo cedo valores:

A família tem uma dinâmica que espelha microscopicamente o mundo social. As crianças, para viverem em harmonia, precisam aprender valores como: respeitar a si, as pessoas, as plantas, os rios, os mares, o planeta e o universo. Aprendem tais filhos que existem deveres e que estes terminam quando começa o do outro.

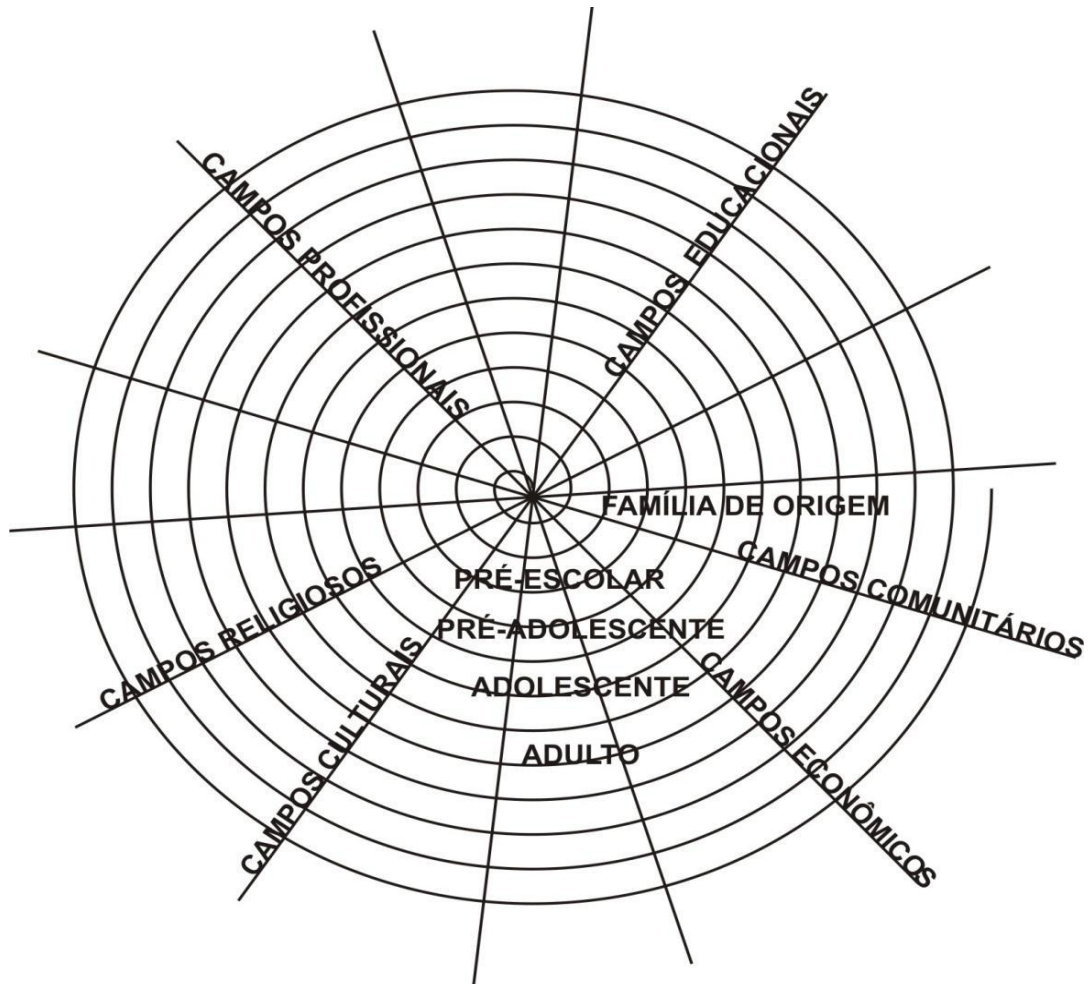
Neste sentido, é possível inferir que cada família tem sua dinâmica, isto é, modos de conduzir comportamentos ou condutas, direitos e deveres, e principalmente os limites, que conseqüentemente, refletem na criação e educação dos filhos.

Considerando que é na infância que a cultura familiar é internalizada, proporcionar um ambiente familiar fundamentando em valores como respeito, dignidade, diálogo e afeto são condições que podem favorecer que o indivíduo se desenvolva a contento de desempenhar o seu papel social nos diferentes contextos que irá integrar.

Para ilustrar a influência da família no desenvolvimento social do indivíduo, Corsaro (2011, p. 38) propõe a metáfora da teia de aranha.

Corsaro, assim, ilustra a teia:

Figura 1 - Teia Global



Fonte: CORSARO (2011, p. 38)

As aranhas tecem suas complexas teias, que são estrategicamente desenhadas de modo que exista interação entre os raios. A técnica utilizada na construção dos fios possibilita a formação dos raios e promove a sustentação da teia de modo que cada raio desempenha importante papel de base e resistência, uma inteligente estrutura geométrica cabalmente fixada.

A teia de aranha é um bom exemplo que tiramos da natureza, para empregarmos como elemento metafórico e descrevê-la de forma inusitada uma situação concreta ou abstrata e enxergar o dinâmico processo social, cultural e político.

Através dessa ilustração podemos visualizar a instituição familiar como a base, ou seja, o centro de origem e nesse sentido é preciso rever seu verdadeiro papel social,

reprodutivo, econômico, político e educacional. Esse exemplo mostra que a instituição familiar é o eixo, o cerne, e desenvolve várias funções: a função econômica, a transmissão de valores sociais e culturais, dentre outros aspectos que farão dela o elemento gerador de outras instituições ou organizações.

Corsaro (2011, p. 38) ressalta sobre a interação do ser humano ao nascer e apresenta o conceito de reprodução interpretativa

No eixo ou centro da teia está a família de origem, que serve como uma ligação de todas as instituições culturais para as crianças. Elas ingressam na cultura por meio de suas famílias, ao nascerem. Assim, as famílias são muito importantes para a noção de reprodução interpretativa. As crianças nas sociedades modernas, contudo, começam a interagir em outros locais institucionais com outras crianças e adultos que não são membros da família, em uma idade precoce. É nesses domínios institucionais, bem como na família, que as crianças começam a produzir e a participar de uma série de culturas de pares.

Entende-se por cultura de pares um conjunto estável de atividades, valores e interesses que as crianças podem produzir e compartilhar na interação com seus pares, seu grupo. É a partir do nascimento que a criança ingressa na cultura e se interage com outros pares, pessoas, instituições e, a família é o ponto de partida.

O fortalecimento dos vínculos familiares e sociais implica em múltiplas possibilidades, além de favorecer o crescimento econômico, influencia na qualidade de vida, gera oportunidades para o desenvolvimento social refletindo em todas as outras áreas em que está inserido o ser humano.

À medida em que percorremos os estágios, os raios ficam mais largos. Subentendemos que estão presentes as possibilidades de crescimento e desenvolvimento que o indivíduo tem ao acompanhar esse espaço. Quanto maior o raio, maior será os campos a percorrer.

Corsaro (2011, p. 39) expõe sobre as etapas do desenvolvimento do ser humano

As espirais sombreadas de forma diferente representam quatro culturas de pares distintas, que são criadas por diferentes gerações de crianças de uma determinada sociedade: pré-escola, pré-adolescência, adolescência e idade adulta. Embora aspectos da cultura de pares possam ser transferidos para crianças menores por crianças mais velhas, as culturas de pares não são estruturas preexistentes que as crianças encontram ou enfrentam. É nesse sentido que essas culturas diferem nos campos institucionais (raios) nos quais são tecidas. Ainda que sejam afetadas por muitas experiências que ocorrem por meio de interações com o mundo adulto e se encontrem em campos institucionais (ou passagem de vários raios), as culturas infantis de pares são produções coletivas inovadoras e criativas.

Na estrutura de teia global ou orbital em que os raios estão inseridos, o indivíduo percorre de forma coordenada as seguintes fases: pré-escola; pré-adolescente; adolescente e

adulto. Essas fases constituem um percurso fundamental na formação concreta do indivíduo, possibilitam a promoção e aquisição de conhecimento e habilidades.

Essas fases são consideradas produtivas, inovadoras e criativas porque durante o processo de desenvolvimento o ser humano incorpora sua cultura, aprende e vive coletivamente, adquire diversas experiências e habilidades, incorpora valores familiares e sociais.

Ao analisarmos novamente a figura, observamos que os raios se alargam e os espaços se abrem. A ilustração demonstra que o ser humano passa pelos estágios iniciais quando criança: os raios se encontram mais estreitos e afunilados neste período da vida. A permanência nos estágios vai depender de cada pessoa, do esforço, da idade, da maturidade e do mundo social em que está inserida.

O indivíduo pode se identificar dentre os diversos campos: educacionais, ocupacionais, políticos, religiosos, culturais econômicos e comunitários. Uma etapa importante é o momento que subimos um degrau, isto é, passamos de um estágio para outro. Muitas vezes o processo denota tempo e empenho individual.

Sobre a função paterna no processo de desenvolvimento dos filhos Freitas (2002, p. 34) ressalta que

[a] família moderna tem como ponto básico uma nuclearidade - pais e filhos têm características próprias, não se mistura com a coletividade, a não ser em situações muito bem demarcadas. Há um sentimento de nossa família, de nossa casa. A família passa a existir enquanto um valor. Sua função primordial é a educação dos filhos, o bem-estar das crianças [...]. A família moderna deslocou grande parte do tempo dedicado ao mundo extra família para questões referentes à vida privada, à qualidade das relações entre seus membros, às contestações, etc. Esta realidade vai acentuar a questão das preocupações com os cuidados materno-infantis, com escolaridade, com a adolescência, com os fenômenos psicológicos, o sexo, etc.

As palavras acima enfocam um sentimento de posse, os filhos expressam seu lugar de pertencimento ao mencionarem minha casa, meus pais, minha família. Assim, ter uma família é uma questão de muita importância, para a qual se atribui um valor. As preocupações podem aumentar na medida em que o tempo dos membros que a compõe se divide entre família e fora dela, profissionalmente. Além disso, outro fator a se considerar, além do tempo escasso dedicado às crianças e aos adolescentes devido às demandas profissionais, é a transformação do modelo familiar.

Caracterizada pelo aumento dos lares desfeitos, a transformação do modelo familiar caracterizada acentua carências na criança e no adolescente pela ausência da figura parental.

Tal situação nos remete a um novo discurso: a desagregação familiar. A esse respeito Haecht (2008, p.108), assim se manifesta

Por um lado, situando-se a socialização primária no seio da família, ela sofre com a desagregação da instituição familiar, caracterizada pela inflação do fenômeno de divórcio e pelo que se chamou de a “crise da autoridade” parental. Primeiro, a criança, depois, sobretudo, o adolescente se encontram, cada vez com mais frequência, confrontados com uma ausência de modelo parental positivo (que se continuaria a inculcar o valor soberano do trabalho).

A desagregação da instituição familiar traz consequências, independentemente da formação familiar. Como a socialização primária é no seio da família, os filhos precisam sentir a presença de modelo parental.

Algumas vezes, a função de educar é delegada a outras pessoas ou instituições e, no momento em que os filhos mais necessitam de cuidado e orientação adequada encontram-se desamparados, sem diretrizes e limites devido a essa ausência do modelo parental.

Embora seja da família a responsabilidade primeira da educação dos filhos, existem na sociedade outros meios que ela pode lançar mão para seu amparo nessa empreitada. Dispomos das leis que asseguram a vida digna da família e o exercício da cidadania se estende para a família, para a criança e ao adolescente. Os direitos sociais se baseiam em justiça social e a palavra cidadania.

De acordo com Carvalho (2002, p. 07), a cidadania se desdobra

[...] em direitos civis, políticos e sociais [...]. Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva... Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social.

Os direitos sociais permitem a justiça social. Esses direitos envolvem a vida em sociedade, participação da riqueza e garantia do bem-estar coletivo. Assim, ser cidadão é ter consciência de que é sujeito de direitos. Constituição Federal e se revela com grande preocupação social. As palavras do Preâmbulo da nossa Constituição Federal dizem respeito ao exercício dos direitos sociais, formação humana, formas de comportamentos, valores sociais, políticos e culturais, conscientização de políticas públicas, isto é, as compreensões que envolvem o termo cidadania.

De forma abrangente e com maior relevância na ordem jurídica vigente, a promulgação da Constituição Federal marcou o início da consolidação da democracia no

Brasil. É a democracia que garante direitos sociais, estabelece de forma clara que ao proteger a família da violência, da exploração e do crime e, propõe uma ação preventiva.

Com esse propósito, é relevante considerar que a Constituição Federal, especifica que o povo brasileiro é representado perante a lei de forma a promover um Estado Democrático e de direito e constitui a união indissolúvel das esferas políticas tendo como fundamento a cidadania. Essa representação legal estabelece a assistência social aos necessitados, dispõe que a família é a base da sociedade, assegura os direitos de todos os cidadãos, bem como aponta o dever e responsabilidade de toda a sociedade.

Assim passa a dizer o Preâmbulo da Constituição Federal

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

O princípio da unidade da Constituição Federal regula os diversos grupos que formam uma sociedade, confere as orientações gerais dos direitos, assegura a todos nós o exercício dos direitos sociais como parte da valorização do ser humano, estabelece e explana sobre os princípios fundamentais. A conscientização da cidadania, ao estar presente em todos os ambientes, inclusive o familiar, pode ser vista como um agente construtor da formação humana e de todas as formas de comportamento em nossa sociedade.

A consolidação dos direitos essenciais contempla uma ação integrada ou compartilhamento de responsabilidade, isto é, união dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. A esse respeito assevera a Constituição da República Federativa do Brasil, 1988

Título I - Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político.

A forma política estabelecida de união entre o Estado e o Município promove um estado democrático de direito que se fundamenta na cidadania, na dignidade do ser humano e no valor social que ampara o cidadão.

Ao mencionar sobre o estado democrático de direito, nos reportarmos à promulgação da Constituição Federal, como instrumento que organiza os direitos dos cidadãos. A Seção IV, artigo 203, trata dos benefícios que promovem a autonomia, dignidade e a inclusão,

dispõe sobre os princípios fundamentais da universalização do atendimento a Família, Criança, Adolescente e ao Idoso.

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

A assistência social é um direito assegurado que se inicia desde o nascimento. Desse modo, a lei maior que regula a vida da nossa sociedade, estabelece a devida proteção e amparo à família, ao indivíduo.

O Capítulo VII, artigo 226, dispõe a respeito dos direitos da Família, Criança, Adolescente e Idoso

A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Artigo 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.

A Constituição Federal orienta, organiza e especifica quanto às relações sociais e às responsabilidades instituídas no âmbito familiar.

A assistência é assegurada à família no artigo 226, que emprega o termo família no sentido mais amplo. A família é reconhecida institucionalmente como a base da sociedade e legalmente tem especial proteção do Estado.

O artigo 227 declara os deveres da família, da sociedade e do Estado. Na construção dos direitos, delega o dever de amparar a criança e o adolescente primeiramente à família, depois à sociedade e ao Estado. Dispõe sobre o direito da criança e do adolescente aos programas de prevenção e atendimento especializado.

A família, nesse sentido, recebe atenção primária do Estado, visto que ao criar mecanismos para sua proteção, executa condutas de assistência social em todas as fases do ciclo da vida do ser humano.

No tripé: família, sociedade e escola, é preciso haver uma sincronicidade, isso porque esses seguimentos não funcionam isoladamente. Desse modo, todos devem assumir as devidas responsabilidades e, a escola tem um papel fundamental ao exercer seu percentual de contribuição no processo educativo.

A escolarização universal é um direito e a escola promove o intercâmbio entre o ensino e o mundo do trabalho, entre o conhecimento e a vida prática do aluno. A escola que, a princípio, deveria ser um espaço privilegiado para construção do conhecimento e, da cidadania, muitas vezes passa a transmitir um sentimento de insegurança, tensão, estresse etc.

São vários os fatores que podem contribuir para o surgimento da violência e agressão no espaço escolar, dentre os quais: desigualdade social, indivíduos que estão em processo de uma consciência em formação ou então resultantes de famílias que se encontram em determinado momento desestruturadas etc.

Essas manifestações conflituosas presentes e comuns dentro do ambiente familiar evidentemente interferem na comunidade, gerando insatisfação de um modo geral, principalmente na unidade escolar. Algumas vezes, os professores têm dificuldade em lidar com alunos que não tem acompanhamento familiar no dia-a-dia.

As dificuldades ou situações presentes no ambiente escolar podem ser decorrentes das desigualdades sociais como a falta de colaboração por parte da família, problemas familiares e/ou ausência de vínculos familiares. Assim, essa condição social negativa reflete diretamente no ensino e no aprendizado do aluno e pode prejudicar sensivelmente o trabalho docente, entretanto, independentemente da configuração familiar à responsabilidade pela condução e orientação dos filhos deve ser da família.

De acordo com Sarramona (2009, p. 75 - 77),

Os pais são os responsáveis legais e morais pela educação de seus filhos. Como a educação escolar não os exime dessa responsabilidade, a participação dos pais é flagrantemente necessária para que continuem a exercer seu papel de principais educadores dos filhos. [...] De modo geral, a participação dos pais deve ser concretizar no auxílio a atuação pedagógica escolar. Isso implica propiciar à escola o suporte necessário para que a educação escolar seja fruto de coordenação e coerência entre as atuações dos professores e da família.

Aos professores já é delegada a incumbência do ensino e aprendizagem, da socialização dos indivíduos, tendo em vista o processo de construção da identidade dos mesmos. A educação dos filhos é tarefa delegada aos pais. A escola tem um papel fundamental no processo comunicativo e na formação do indivíduo e pode ser vista como instrumento que: favorece a autonomia do indivíduo sem complicações e enganos.

A escola ajuda a dominar competências e habilidades, fixa valores sociais, políticos e culturais. O ambiente escolar produz bons resultados com intervenções pedagógicas ao introduzir condutas éticas, mas será sempre da família, o papel de planejar a educação dos filhos, acompanhar seus desenvolvimentos, avaliar atitudes e comportamentos e disponibilizar tempo para a fixação de valores referentes à família, escola, sociedade. Tais condutas irão refletir no ambiente escolar e social.

Na perspectiva das discussões aqui apresentadas, entendemos neste trabalho, que o desenvolvimento do indivíduo se perfaz na interconexão dos contextos familiar, escolar e social nos quais ele está inserido. Dessa forma, eventuais fragmentações de um contexto irão, inevitavelmente, influenciar nos demais. Nesse sentido, se o objetivo é o desenvolvimento de um indivíduo pleno, cidadão e crítico, é fundamental que sejam promovidos nesses contextos, valores que visem a promoção das esferas afetivas, morais, culturais, etc. Além disso, tal promoção pode favorecer a prevenção da delinquência e da criminalidade hoje flagrantes em nossa sociedade. Nesse aspecto, as esferas familiar, escolar e social podem funcionar como um tripé de sustentação para uma educação preventiva. Esta, será objeto de discussão do próximo segmento deste trabalho.

2.1.1 Educação preventiva

A tarefa de criar filhos é sempre desafiadora: envolve responsabilidades, compromissos, direitos e deveres que juntos, objetivam a inserção do indivíduo na sociedade de forma plena e autônoma nos âmbitos social, profissional, moral e ético. Nessa perspectiva, a família, ao proporcionar condições acolhedoras, pacíficas e harmoniosas no seio do lar, oportuniza o fortalecimento de raízes dificultando que os filhos busquem fora de casa outras formas de inserção ou vínculo.

Em decorrência de um lar desagregado os filhos crescem e se desenvolvem num ambiente hostil, apático, cheio de desavenças sem estrutura paterna ou materna.

As relações familiares podem ser conflituosas: os jovens não gostam de ouvir a palavra “não”, se rebelam, acham os pais antiquados, muitas vezes o diálogo termina em brigas.

A esse respeito, Freire (2000, p. 29) manifesta

A mim me dá pena e preocupação quando convivo com famílias que experimentam a “tirania da liberdade” em que as crianças podem tudo: gritam, riscam as paredes, ameaçam as visitas em face da autoridade complacente dos pais que se pensam ainda campeões da liberdade.

As palavras de Freire, ao mencionar sobre o excesso de liberdade em contraponto com a falta de autoridade dos pais, mostram que nos deparamos com uma sociedade de jovens problemáticos e, muitas vezes, socialmente adultos desajustados e irresponsáveis.

Freitas (2002, p. 45-46), se manifesta sobre a autoridade dos pais

Muitas vezes os pais que não querem se aborrecer num determinado momento e muito mais no futuro. O que se pode ver de forma clara é que essas famílias têm uma grave dificuldade de lidar com os limites, como o *não*. Sentem-se incapazes de pôr limites e, sem limites, a perversão é incentivada. O exercício de educar é uma prática, como disse Freud, impossível; todavia, temos que tentar exercê-la, não podemos nos furtar a ela. É uma prática difícil, já que implica uma sintonia fina entre o que se deve permitir no incentivo à liberdade e o que se deve reprimir para facilitar a inclusão na vida societária.

O exercício de educar pressupõe uma sintonia fina, isto é, o que deve permitir e o que deve reprimir. A dificuldade dos pais está no momento de impor limites aos filhos. Contudo a dificuldade, aos pais cabe exercer a autoridade de forma equilibrada, pois o processo comunicativo exerce influência relevante frente à fase adolescente. Assim é preciso exercer a prática de educar para facilitar a inclusão dos filhos na vida societária.

Para tal dilema acerca dos procedimentos educativos, Haecht (2008, p. 108) afirma que

Se os pais se vêem encorajados por muitos especialistas a achar respostas individualizadas para suas questões, uma grande ambivalência é vista, no entanto, na prática dos procedimentos educativos familiares entre liberdade total (*laissez-faire*) e autoritarismo, compreensão e firmeza.

Os conflitos gerados por causa dessa ambivalência, isto é, liberdade total e autoritarismo, podem resultar em ressentimentos. O lado comunicativo torna-se precário, resultando em monólogos ou troca de olhares; isso porque os pais querem manter sua autoridade e os filhos se reafirmarem quanto ao lugar que ocupam. Os pais podem argumentar e indicar as razões quanto ao posicionamento e as atitudes dos filhos: são ainda jovens, faltam-lhes a maturidade, são características de personalidade e cada um se comporta e reage de maneiras diferentes. Acreditam que à medida que o tempo passa as coisas mudam. Como responsáveis pelos filhos, ao invés de serem ativos em seu papel, muitas vezes, os pais atuam de forma tolerante.

Algumas famílias que não conseguem conviver num clima harmonioso, estando em constante confronto. A situação se torna tão estressante que, às vezes, necessita da presença de autoridades policiais para controlar e acalmar os que se encontram exaltados.

Criar filhos é uma prática e exercício, exige tempo e paciência. Os pais que investem desde cedo na educação dos filhos, realizam um excelente trabalho de prevenção.

Freitas (2002, p. 34) menciona com propriedade sobre os desafios e a perplexidade da fase da adolescência:

A adolescência é um dos momentos mais conturbados do percurso dos homens. Essa fase implica uma desestabilização dos processos e valores que eram anteriormente estabelecidos, gerando, com isto, uma crise de perplexidade na medida em que estes valores e processos não podem ser utilizados de forma satisfatória neste momento de vida – período este propício ao aparecimento de sintomas que incomodam não só os pais como todo o grupo social.

Independentemente da posição social que ocupam, os jovens querem se afirmar, isto é, fazer ou ser visto, ganhar renome como alguém seguro, independente, serem bem-sucedidos e aceitos em seu grupo social. Em decorrência da inexperiência de vida, bem como, frente à pressão do meio em que vivem, podem tornar-se indivíduos vulneráveis. Às vezes, por não usar de bom critério na escolha dos amigos e dos lugares que frequentam, não conseguem agir com equilíbrio para enfrentar as dificuldades ou os desafios que advém desse mundo moderno.

Na perspectiva descrita por Freitas (2002), o construto “adolescente” aponta para um indivíduo que ainda está amadurecendo, em processo de desenvolvimento, ou seja, um período marcado por mudanças complexas nas quais o jovem passa por um período de turbulências ou transformações na estrutura física, mental e emocional; realmente um desafio para os pais ou responsáveis que, por isso, precisam saber acompanhá-los de forma amorosa.

A passagem da infância para a fase da adolescência é um período de muitas mudanças e as leis podem ser um apoio na tomada de decisões. A Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerado um modelo jurídico trata do Conselho Tutelar, de sua competência e atribuições gerais, bem como, um importante instrumento norteador que especifica os direitos a infância e a adolescência.

Os princípios relativos quanto aos direitos da criança e do adolescente, à idade, dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, das oportunidades e facilidades, do dever e responsabilidade dos pais, da sociedade e do poder público, bem como, do estabelecimento e compreensão da garantia de prioridades relativa à cidadania e a vida, são orientados no ECA (2001, p. 31)

Título I - Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
Parágrafo Único – A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

A Lei Federal 8.069/90 vem somar no que se refere às ações voltadas aos direitos da criança e do adolescente. Ainda estabelece as fases: infantil e adolescência.

Os períodos de cada fase servem como parâmetros, assim é possível disponibilizar serviços e locais adequados, próprios da faixa etária e nos direciona quanto à oferta e ampliação de atuação social.

Conforme o Artigo 3º, às crianças e aos adolescentes deve ser assegurado oportunidades e facilidades que promovam seu desenvolvimento. As fases estabelecidas servem como parâmetros para tornar possível as oportunidades a serem oferecidos a cada indivíduo. Do mesmo modo, é preciso saber lidar quanto ao processo educativo, de acordo com a idade e os pais no exercício de seu papel, devem saber que têm grande responsabilidade perante a família, a escola e a sociedade.

Em cada etapa da vida dos filhos os pais podem fazer um escrutínio revendo a sua postura enquanto responsáveis, refletindo sobre a qualidade do seu trabalho educativo e consequentemente, qual está sendo o resultado.

Para Wagner (2001, p. 38), o método de educar tende a ser corretivos

Dentre os diversos métodos de educar, observa-se que grande parte deles tende a ser corretivos, isto é, são aplicados posteriormente ao fato. Entretanto, uma comunicação efetiva entre pais e filhos, parece ser o melhor método de prevenção de condutas indesejáveis.

A construção das relações familiares exige pleno envolvimento afetivo e colaborativo entre as partes. O educar é um processo contínuo, assim as preocupações quanto à saúde, vida, alimentação, educação, lazer, à profissionalização, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária deve ser coerente.

É preciso desenvolver uma linha comunicativa aberta e adequada ao levar em conta as etapas de crescimento físico, mental e emocional dos filhos.

O diálogo e a convivência são processos de conquista e de muita aprendizagem. Há que se investir no relacionamento para que se possa pensar em colher bons frutos. É um longo caminho a se construir, mas recompensador. Dialogar é, acima de tudo, saber falar e escutar. É aprender a ouvir quando o outro fala. É concordar e também discordar. [...]. Querer diálogo, estimular a conversa com os filhos, é fruto de um exercício constante. Os pais devem ficar alerta a todas as chances que surjam. Por isso, o diálogo exige, muitas vezes, um tempo e um local. Não se pode deixar apenas às circunstâncias. Como um ritual, deve ser exercitado todos os dias. (CAVALCANTE, 1999, p.74 - 77)

O diálogo precisa ser estimulado, ser uma prática habitual. Os pais devem explicar aos filhos o que cada ato ou atitude pode causar, ou seja, o resultado de determinado comportamento, fazendo-os entender o motivo de certas regras e os limites estipulados, podem citar, por exemplo, a escolha de companhias, a importância de se levar os estudos a sério.

A orientação aplicada difere de filho para filho. A educação preventiva é um processo lento, em outras palavras, um trabalho em doses homeopáticas, exige tempo, esforço, persistência, paciência, diferentes abordagens.

Nesse sentido há uma preocupação quanto à implantação de projetos que promovam a construção de políticas públicas com um viés social e comunitário, direcionado a educação preventiva, ou seja, envolvem comumente importantes setores essenciais como: sociais, culturais, educacionais e políticos. Um projeto de educação preventiva implica na elaboração de procedimentos organizacionais, financeiros, abrangência, atendimento, capacitação de profissionais engajados, voluntariado, parcerias, verificação das necessidades individuais e coletivas da comunidade.

A questão que se levanta é o lugar que o jovem ocupa na política, no espaço acadêmico e social do país, é reveladora a relação paradoxal, um contraponto.

Para González e Guarechi (2010, p. 119 - 120),

[a] questão que se coloca é: se, com a ampliação da esfera privada na sociedade contemporânea e a descrença no espaço público, do poder político, que efeitos estão sendo produzidos na população juvenil e nos modos de ela agir em relação ao novo? Se o lugar que a juventude ocupa no discurso político, acadêmico e social é, paradoxalmente, o das crises, dos excessos, dos conflitos e das explosões – lugar reforçado ao longo dos anos pelas ciências, com a juventude sendo foco e germinação de problemas sociais – mas também é o foco de investimento de mercado que a produz como objetos e sujeito do consumo, não estaria aí também o contraponto, ou seja, o lugar da novidade como possibilidade de um solo fértil para o surgimento de algo novo que gere mudanças no campo social?

As autoras acima especificam de forma clara que estamos assim diante de um paradoxo sobre o espaço público que o jovem ocupa em nossa sociedade: ele é um importante consumidor, participa das produções e da ampliação dos vários setores, pode ser o foco de grandes investimentos, contribuindo enormemente com nossa economia, a possibilidade de ser a extensão de um solo fértil, geração de grandes mudanças nas esferas públicas e privadas, no entanto, no discurso político, acadêmico e social, os jovens podem ser o foco de problemas sociais, das crises e explosões.

De acordo com Freitas (2002, p. 44), sobre o espaço social do adolescente é demonstrado que

[o] grupo de adolescente é um espaço de experimentação, onde sua palavra é constantemente mais valorizada do que a família; por isso, é um lugar de grande importância para o adolescente, e é comum que a utilização de drogas comece como uma forma de participação no grupo – todos fumam, eu não posso ser diferente! O grupo de adolescentes é um espaço de transição para o mundo adulto desejado e temido; contudo, a experiência vivida nesse grupo, dependendo do contexto familiar do adolescente, pode ser uma experiência extremamente produtiva ou geradora da indução ao caminho tortuoso das drogas.

O momento de transição do adolescente para o mundo adulto é uma questão que deve fazer parte das preocupações não somente no âmbito familiar, mas também no âmbito das políticas públicas de conscientização dos direitos e deveres. Assim, a educação preventiva deve fazer parte da aprendizagem e ser um direcionamento sociopolítico e cultural.

A educação como ferramenta preventiva implica em rever valores, ideais, atitudes que contemplem a construção e adequação de novas propostas pedagógicas e preventivas. Se direcionados às crianças e aos jovens que se adentram ao sistema de educação básica e fundamental geram mudanças sociais coerentes e necessárias para os nossos dias, beneficiando conseqüentemente as famílias e a comunidade.

A intenção de discutir sobre uma política pública pautada em um sistema preventivo abrangente é devido seus benefícios. Dentre os quais, propiciar apoio à comunidade, criar espaços específicos com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares, potencializar as qualidades e habilidades do indivíduo, agregar valores próprios do ser humano, contribuir com um sentimento solidário e engajamento social.

Diante dessa perspectiva, partimos de alguns pressupostos

- a família constitui-se o eixo da sociedade;
- o ser humano valoriza a comunicação. O jovem quer se firmar socialmente, ser compreendido, quer diálogo e contato social;

- o jovem representa um grupo de risco no que se refere às drogas, seja pelo consumo seja pelo valor monetário.

Tais pressupostos, ou seja, a instituição familiar e seu contexto, o espaço social em que ela está inserida, os conflitos e as dificuldades que os jovens enfrentam nos levam a considerar a necessidade de um sistema preventivo, de um espaço construído para a família desfrutar um convívio harmonioso e entender maneiras práticas de como lidar com as diferenças.

A proposta de um sistema preventivo engloba um local projetado para estimular à comunicação, discutir e refletir nos momentos difíceis e, portanto, facilitar a convivência e a comunicabilidade no âmbito social.

Corroborando nesse sentido, Cury (2000, p.34-35) analisa o perfil de uma organização que se preocupa com a elaboração de projetos sociais:

Várias são as maneiras de abordar as questões ligadas ao planejamento de um projeto social. Vamos enfatizar aqui três dimensões que nos parecem fundamentais para entender a dinâmica desse processo. Ele é ao mesmo tempo: um processo lógico, comunicativo de cooperação e articulação [...]. É preciso lembrar, ainda, que essas três dimensões são perpassadas por outra, a dimensão pedagógica: descrever, analisar e sintetizar fatos e informações; saber comunicar-se, persuadir, convencer; compreender e operar nosso entorno social; reconhecer e aceitar diferenças; saber trabalhar em grupo de maneira participativa, tudo isso faz parte de um importante aprendizado social.

A elaboração de projetos sociais precisa estar ancorada numa parceria que envolve múltiplas iniciativas. Envolve valor social, solidário e voluntário e assume dimensão pedagógica para operar o entorno social.

Para Cury (2000, p. 27-28) é preciso saber lidar com o meio externo e conhecer as reais necessidades da comunidade

Do meio externo se originam condições: econômicas, culturais, tecnológicas, demográficas, políticas, sociais, entre outras, que podem se consubstanciar em oportunidades a serem capitalizadas ou em riscos a serem afastados ou minimizados. O saber lidar com o ambiente externo, especialmente em momentos em que ele se apresenta hostil, constitui importante atributo organizacional. [...]. Da mesma forma, o produto da organização voltado ao social será tão mais efetivo e transformador, portanto, quanto mais se aproximar não apenas das necessidades da comunidade atendida, mas também dos seus desejos.

Na elaboração e condução das políticas sociais é preciso focar uma pedagogia que desenvolva a autonomia e a inclusão social dos cidadãos. Tal ação objetiva a formação de um programa ou uma política preventiva organizada e voltada para as necessidades da comunidade, educação e valorização das relações familiares.

Somos movidos a pensar em políticas públicas sociais, principalmente nos jovens, no espaço público e político em que estão inseridos, seus interesses, no momento histórico e os discursos que proferem.

Abramo (2007, p. 76) diz respeito às considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil:

Com relação às políticas públicas, é necessário notar que, no Brasil, diferentemente de outros países, nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, como alvo diferenciado do das crianças, para além da educação formal. Na Europa e Estados Unidos a formulação de políticas para jovens e a designação de instituições governamentais responsáveis por sua implementação tem se desenvolvido ao longo do século; nos países de língua espanhola da América Latina, esse fenômeno, de modo geral, ganha significação a partir dos anos 80, principalmente estimulado por organismos como a Cepal, ONU e o governo da Espanha, gerando algumas iniciativas de cooperação regional e ibero-americana, com intercâmbio de informações e experiências, promoção de capacitação técnica, de encontros para realização de diagnósticos e discussão de políticas. O Brasil, no entanto, passou ao largo desse movimento.

Na formulação de políticas públicas, outros países saíram na frente promovendo intercâmbio de informações e experiências inovadoras direcionadas aos jovens. No Brasil, ainda há necessidade de se discutir mais sobre o valor das políticas públicas que tem como foco a juventude, e transformar as informações e experiências em iniciativas de cooperação social. Trata-se de reconhecer que os jovens são atores sociais e que as ações sociais devem garantir as oportunidades de saúde, trabalho, educação e qualificação.

Abramo (2007, p. 77) ressalta sobre os programas desenvolvidos pelas ONGS e ações governamentais no Brasil:

Há mais tempo e em número bem maior que as ações governamentais, têm crescido projetos e programas destinados aos jovens por parte de instituições e agências de trabalho social (ONGs, associações beneficentes, instituições de assistência etc.). A maior parte desses projetos destina-se a prestar atendimento para adolescentes em situação de “desvantagem social” (adolescentes carentes é o termo mais usado, visando adolescentes de família com baixa renda ou de “comunidades pobres”) ou de “risco”, termo muito empregado para designar adolescentes que vivem fora das unidades familiares (os “meninos de rua”), adolescentes submetidos à exploração sexual, ou aqueles envolvidos com o consumo ou o tráfico de drogas, em atos de delinquência etc.

Os programas sociais desenvolvidos que contemplaram serviços socioassistenciais, foram dirigidos às famílias de baixa renda, destinados aos jovens excluídos socialmente ou que apresentaram condutas delinquentes.

Numa visão panorâmica sobre os programas sociais estabelecidos e como eles se dividem, Abramo (2007) aponta:

Numa primeira visão panorâmica, pode-se verificar que a maior parte dos programas desenvolvidos por estas instituições dividem-se em dois grandes blocos, todos eles visando dirimir ou pelo menos diminuir as dificuldades de integração social desses adolescentes em desvantagem: programas de ressocialização (através de educação não formal, oficinas ocupacionais, atividades de esporte e “arte”) e programas de capacitação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho (que, muitas vezes, não passam de oficinas ocupacionais, ou seja, não logram promover qualquer tipo de qualificação para o trabalho). É necessário notar, porém, que em parte considerável desses programas, apesar das boas intenções neles contidos, o que se busca, explícita ou implicitamente, é uma contenção do risco real ou potencial desses garotos pelo seu “afastamento das ruas” ou pela ocupação de “suas mãos ociosas”. Há alguns projetos preocupados com a questão da formação integral do adolescente, na qual se inclui a sua formação para a “cidadania”, enfoque que vem ganhando corpo mais recentemente. A grosso modo, no entanto, pode-se dizer que a maior parte desses programas está centrado na busca de enfrentamento dos “problemas sociais” que afetam a juventude (cuja causa ou culpa se localiza na família, na sociedade ou no próprio jovem, dependendo do caso e da interpretação), mas, no fundo, tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social.

Há uma busca para o enfrentamento dos problemas sociais, através de programas elaborados com a intenção de manter o jovem ocupado, fora das ruas, mas tais programas não atingem as expectativas de crescimento social e econômico ou promovem a formação e a capacitação dos jovens.

Esse cenário nos leva a refletir no que se refere a uma articulação adequada e desejável dessas ações sociais, bem como da capacidade dos agentes sociais em lidar com esse público jovem. Conforme Abramo (2007),

[toda] essa atividade, gerada por uma sensação de urgência frente a situações de desamparo e desregramento, tem permanecido, na maior parte dos casos, num registro muito imediatista e desarticulado. Além disso, com pouca capacidade de gerar uma compreensão mais ampla e aprofundada, por parte desses agentes sociais, a respeito do público alvo, de suas características, suas questões e modos de experimentar e interpretar essas situações “problemáticas”. Por exemplo, em contraste com a elaboração de informação, conceituação, pedagogias e metodologias específicas para lidar com a infância, que se começa a produzir no Brasil, em consequência de toda a movimentação em torno da defesa das crianças, quase não se encontram subsídios mínimos para um tratamento singularizados dos adolescentes, muito menos os jovens. É quase como se, apesar de terem crescido o número de ações e programas destinados a adolescentes e jovens, eles continuem apenas desfocadamente visíveis, obscurecidos por uma sensação de que esta falta de instrumentos e “jeito” se deve ao fato de que a “adolescência é mesmo uma fase difícil” de se lidar. É necessário assinalar que há exceções, mas a grande maioria dos projetos se limita ao enquadramento anterior.

Os programas existentes no Brasil precisam ser acompanhados e dirigidos por profissionais capazes de lidarem com as situações sociais pertinentes ao público jovem incluindo um levantamento das necessidades do grupo familiar.

Conforme exposto até aqui, a literatura disponibiliza diferentes abordagens acerca da formulação e manutenção de ações de políticas públicas e da geração de movimentos por

parte dos agentes públicos. É preciso considerar que os jovens participam no processo de construção da nossa democracia e estão inseridos em diferentes contextos sociais e econômicos, fato que demanda que os projetos e programas recebam uma atenção singularizada.

Pensando nessa perspectiva, ou seja, a dificuldade dos pais diante da responsabilidade ao criarem seus filhos, a perplexidade da fase da adolescência, as relações familiares conflituosas, ausência de políticas públicas que contemple a educação como ferramenta preventiva e conscientizadora dos direitos e deveres, este trabalho apresenta uma proposta de ação para uma educação preventiva da delinquência juvenil: os Postos de Atendimento, conforme será discutido na seção 4 deste trabalho.

2.2 A delinquência juvenil e as drogas

A juventude é uma época de grandes descobertas. O jovem, naturalmente quer ocupar seu lugar na sociedade e agir frente às novidades. Assim, manifesta disposição e interesse em explorar, conhecer, descobrir e ser ouvido. Tais características associadas à sua personalidade ainda em formação, assimilação e contenção de valores, favorecem a sua vulnerabilidade à ações imediatas.

A sociedade em geral apresenta um desafio quanto à posição que o público adolescente ocupa. Como atores sociais, os jovens são estimulados a consumirem vários produtos e serviços que prometem agregar conforto, prazer e outras vantagens às suas vidas, bem como atribuir-lhe status.

A esse respeito, Abramo (2007) ressalta:

Entre os meios de comunicação de massa, da televisão à grande imprensa, passando pelas rádios, revistas etc., assistimos a uma avalanche de produtos especialmente dirigidos ao público adolescente e juvenil (os cadernos *teen* nos grandes jornais, programas de auditório na televisão, programas só de rock ou de *rap* nas rádios e canais de televisão, revistas de comportamento, moda e aconselhamento etc.), mas também ao crescimento de noticiário a respeito de jovens. De forma geral e a grosso modo, pode-se notar uma divisão nestes dois diferentes modos de tematização dos jovens nos meios de comunicação. No caso dos produtos diretamente dirigidos a esse público, os temas normalmente são cultura e comportamento: música, moda, estilo de vida e estilo de aparecimento, esporte, lazer. Quando os jovens são assunto dos cadernos destinados aos “adultos”, no noticiário, em matérias analíticas e editoriais, os temas mais comuns são aqueles relacionados aos “problemas sociais”, como violência, crime, exploração sexual, droga, ou as medidas para dirimir ou combater tais problemas.

Tal situação pode ser difícil para as pessoas que enfrentam condições financeiras precárias e, o baixo poder aquisitivo pode resultar numa possível desestabilização nas relações familiares. Dentre os problemas sociais presentes na sociedade, a situação socioeconômica gera insegurança e afeta especialmente os jovens e as crianças, sujeitos em desenvolvimento.

Hillesheim e Cruz ressaltam sobre as condições sociais vivenciadas pela juventude ao fazerem menção sobre risco, vulnerabilidade e infância e, mencionam que diante da perspectiva e vulnerabilidade existente, está incorporada a probabilidade dos jovens sofrerem danos inesperados.

Para embasarem tal afirmação, Hillesheim e Cruz (2010, p. 80) propõem a seguinte equação:

Infância + pobreza = vulnerabilidade = risco = perigo. Atente-se que a introdução de vulnerabilidade abre espaço para a possibilidade de intervenção, isto é, diminuindo-se a vulnerabilidade mediante ações mitigadoras, pode-se diminuir o risco e, conseqüentemente, o perigo. Do cálculo das probabilidades de dano futuro, mediante o cruzamento de fatores “sujeito em desenvolvimento” e “escassos recursos econômicos” (acrescentando-se aí uma gama de outros aspectos, tais como situação familiar, acesso a serviços de saúde, ocupação dos pais, uso de álcool e drogas, frequência à escola, etc.), a intervenção ocorre no sentido de neutralizar alguns destes fatores (como, por exemplo, a partir de ações de promoção de saúde e/ou pedagógicas), com o objetivo de minimizar o risco dos comportamentos indesejáveis.

Algumas situações de ordem econômica, social e familiar tornam o jovem vulnerável à delinquência. Os fatores que expõem os jovens e as crianças a uma situação de vulnerabilidade podem seros escassos recursos econômicos, a situação familiar desestabilizada e o consumo de álcool e drogas.

Tais fatores demandam intervenções sociais porque a criança e o adolescente se encontram em plena fase do desenvolvimento. Nessa fase, os aspectos físicos, psicológicos e emocionais estão em formação e por ser um período de formação do indivíduo é preciso de acompanhamento ou direcionamento equilibrado por parte dos pais ou responsáveis.

A fase da adolescência, período de formação da identidade do indivíduo, marcado por modificações físicas, mentais e emocionais gera grande preocupação para os pais. Nesse período, um comportamento que causa preocupação para os pais e para a sociedade é quando os jovens passam a consumir algum tipo de droga.

A esse respeito Marlatt (2003, p. 197 - 198) ressalta

Pelos mais variados motivos e trajetórias, muitos jovens começam a experimentar diversas drogas e a apreciar seus efeitos, bem como adotam o estilo de vida e a socialização que são associados a elas. Incluem-se aí os significados de transgressão

e independência atribuídos a seus usuários. Mesmo começando a enfrentar problemas, é comum que esse uso persista por um período razoável de tempo, em geral apoiado numa certa ambiguidade e pelo conflito entre os aspectos do consumo de drogas vistos como positivos pelo jovem usuário e os aspectos negativos vivenciados. A trajetória mais frequente para esses jovens é que eles amadureçam e diminuam o consumo da substância que vinham usando em altas doses [...], enquanto durar esse período de uso de drogas, esses jovens estarão em alto risco de sofrerem “acidentes de percurso”, ou seja, de se envolverem com problemas legais, sociais ou emocionais, cujas consequências irão variar de leve até muito sérias.

Caminhar para o mundo das drogas pode contribuir para o surgimento de problemas pessoais, sociais e legais, de uma geração desajustada e, conseqüentemente uma população descontente e com alto índice de criminalidade.

Alguns motivos podem levar um indivíduo a experimentar a droga e dela tornar-se dependente. É possível de tal comportamento tenha relação com o fato de o indivíduo querer conhecer ou experimentar novidades

Geralmente o uso das drogas inicia-se na adolescência. Isso tem relação com as características dessa fase: teimosia, contestação, espírito de oposição, desafios, desobediência, curiosidade; é a onipotência dos jovens. [...]. Mesmo assim em qualquer caso, não se pode deixar de ter firmeza, de tomar medidas pertinentes, às vezes severas, de estabelecer limites e de avaliar se o jovem tem consciência do processo em que está envolvido quando usa drogas. Entender as dificuldades pelos quais os jovens passam não pode ser justificativa para o uso ou abuso de drogas. Os pais devem permanecer atentos para intervir no momento certo. Se houver indícios de que o processo pode se desenvolver, ele tem de ser bloqueado o quanto antes. A busca do equilíbrio precisa ser uma constante. (DRUMMOND e DRUMMOND FILHO, 1998, p. 40).

Os pais como responsáveis, precisam estar atentos quanto às questões relacionadas às drogas, porque os jovens podem estar ainda, à procura da sua identidade e são os mais vulneráveis quanto ao uso das drogas ou pode ser uma possibilidade de fuga das dificuldades.

O ambiente familiar e social em que o indivíduo está inserido precisam ser um importante espaço de equilíbrio. As formas como os pais estabelecem a comunicação influenciam no comportamento dos filhos. Esse cenário gera, muitas vezes, preocupação sobre o que se passa com cada membro da família. Assim,

[...] os pais deveriam suficientemente próximos dos filhos, conhecê-los bem e estar atentos de forma que pudessem perceber os sinais das situações de perigo que eles possam correr. Deveriam, além disso, estar preparados para que sua primeira preocupação pudesse gerar uma ação corretiva imediata. Nas condições ideais, teriam, enfim, tempo suficiente para tomar as medidas necessárias, muito antes do ponto em que não é mais possível negar o consumo de drogas. (DRUMMOND e DRUMMOND FILHO, 1998, p. 43).

Uma forma de educação preventiva envolve conhecer bem os filhos e estar atento a qualquer sinal indicador antes que a pessoa adquira tal vício prejudicial e destruidor.

Algumas situações podem ser observadas, como por exemplo, manifestações comportamentais, ou mudança de hábitos. Assim, compreender com rapidez o período que antecede uma situação de vulnerabilidade é uma forma de prevenção.

Antes que a dependência se instale, a família deve reverter o processo, através de uma atuação psicopedagógica, que pode prescindir de uma ajuda terapêutica. A família deve assumir sua parte da responsabilidade, procurando orientação, quando necessário [...]. A família depara com o problema com extrema perplexidade e total despreparo sobre o assunto, procurando encontrar soluções mágicas e imediatas. [...]. Desmistificar a droga, na realidade, não significa minimizá-la, mas tornar possível uma abordagem preventiva, baseada na verdade, no confronto com nossas dificuldades internas e na busca da verdadeira ecologia humana e saúde afetiva. (SANTOS, 1997, p. 53 - 60 - 61)

As iniciativas quanto a uma abordagem preventiva devem ser baseadas na verdade, parte integrante nas discussões familiares e envolve conscientizar e informar sobre os perigos das drogas.

O fenômeno das drogas quanto à expansão, envolvimento, consumo e efeito caracteriza-se como um problema social. Assim, algumas instituições concentram esforços e agem como instrumentos para o enfrentamento de problemas como, por exemplo, relacionados às drogas e a criminalidade.

Desse modo, no tocante às drogas como objeto de medidas preventivas, pressupõe-se o conhecimento de seus efeitos e implicações no organismo e sua consequente dependência.

O Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) informa sobre a droga e sua reação ao ser consumida:

[...], a medicina define droga como sendo qualquer substância que é capaz de modificar a função dos organismos vivos, resultando em mudanças fisiológicas ou de comportamento. Por exemplo, uma substância ingerida contrai os vasos sanguíneos (modifica a função) e a pessoa passa a ter um aumento de pressão arterial (mudança na fisiologia), ou faz com que as células do cérebro (neurônios) fiquem mais ativas, "disparem" mais (modificam a função) e como consequência a pessoa fica mais acordada, perdendo o sono (mudança comportamental) [...] As drogas psicotrópicas são as que atuam sobre o cérebro, alterando de alguma maneira no psiquismo. As alterações do psiquismo não são sempre no mesmo sentido e direção. Depende do tipo de droga psicotrópica ingerida. O primeiro grupo são as drogas que diminuem a atividade do cérebro, ou seja, **deprimem** seu funcionamento, quem usa esse tipo de droga fica "desligada", "devagar", desinteressada pelas coisas. Essas drogas são chamadas de Depressoras da Atividade do Sistema Nervoso Central. O segundo grupo de drogas psicotrópicas são as que aumentam a atividade do cérebro, ou seja, **estimulam** o funcionamento fazendo com que o usuário fique "ligado", "elétrico", sem sono. Estimulam as atividades do S N C. O terceiro grupo são as drogas que agem modificando qualitativamente a atividade do cérebro. O cérebro passa a funcionar fora de seu normal e a pessoa fica com a mente perturbada. Por essa razão esse terceiro grupo de drogas recebe o nome de Perturbadores das Atividades do SNC.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), o elemento químico provoca uma reação no organismo humano e o consumo pode resultar num círculo vicioso. É possível que haja um conjunto de sintomas físicos ou psicológicos. Tais sintomas podem gerar um transtorno comportamental resultando em prejuízo ao indivíduo e à sociedade.

Algumas vezes o convívio social torna-se difícil. É um período que o indivíduo necessita de força de vontade e persistência para superar os obstáculos e se restabelecer ou de um acompanhamento psicológico e apoio emocional.

Quando necessária uma intervenção social requer um conhecimento mais profundo sobre os problemas de determinada família ou comunidade, pois intervir socialmente significa verificar situações que geram riscos e causam efeitos nocivos ao indivíduo, evitando assim, uma situação indesejável que repercute na sociedade como um todo.

O cenário que envolve o consumo de drogas aponta para uma necessidade de políticas públicas implantadas e elaboradas em determinadas comunidades com o objetivo de promover importantes debates sobre as questões sociais vivenciadas, esclarecer todos os envolvidos, prevenir e sanar os eventuais problemas.

Em termos de políticas públicas preventivas, estão disponibilizadas instituições que acolhem ou direcionam pessoas que estão em situação de vulnerabilidade pessoal e social ou se encontram num momento de fragilidade. Dentre tais instituições destaca-se o Conselho Tutelar, as ONGs, a Vara da Família, da Infância e Juventude, as Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente, as instituições religiosas, os Ambulatórios de Saúde Mental, as Casas de Acolhimento Transitório e determinadas empresas comprometidas com a promoção e inclusão social.

O Conselho Tutelar é um órgão responsável pela segurança dos direitos das crianças e adolescentes, recebimento e encaminhamento de reivindicações e denúncias de crianças em situação de abandono ou violência e no trabalho contra as drogas.

As Organizações Sem fins Lucrativos, as chamadas ONGs, atuam junto à comunidade auxiliando nos casos que envolvem as crianças e adolescentes em situação de risco.

Dentre as competências da Vara da Família estão em garantir os direitos e deveres entre pais e filhos. O trabalho da Vara da Infância e da Juventude envolve fiscalizar os serviços de acolhimento quanto às medidas de proteção as crianças e adolescentes em situação de risco e orientam na prevenção contra as drogas.

A Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente fiscaliza e investiga casos praticados contra crianças e adolescentes e no combate as drogas e as Casas de Acolhimento Transitório

são locais que abrigam indivíduos que necessitam de atenção psicossocial em tratamento para transtornos relacionados ao uso de drogas.

Os ambulatórios de saúde mental oferecem serviços de atendimento às pessoas com transtornos mentais incluindo atenção integral a usuários de drogas. Algumas instituições religiosas através de ações filantrópicas e voluntária oferecem assistência social e econômica às pessoas que necessitam e na recuperação de dependentes de drogas.

Empresas comprometidas com a promoção e o bem estar social investem em responsabilidade social e adotam práticas filantrópicas de apoio à comunidade e, dentre várias ações sociais desenvolvem palestras sobre drogas no ambiente de trabalho. Alguns programas e projetos prestam serviços sociais ao promover orientação sobre o uso de drogas direcionado as pessoas que buscam qualificação profissional para inserir-se no mercado de trabalho.

A problemática das drogas e à realidade social demanda algumas propostas, são ações que incluem o acolhimento e tratamento dos dependentes, reinserção social, aprimoramento dos serviços prestados.

Conforme definição de Gohn (2008, p. 14),

[...] no cenário social brasileiro conturbado no início deste novo milênio, diferentes organizações, movimentos e entidades sociais continuam lutando por condições de habitabilidade nas cidades em áreas como: segurança pública, trânsito poluição, moradia, saúde, educação (formal e não formal destacando-se nesta última as centenas de programas com crianças, jovens, adolescentes, portadores de diferentes doenças, usuários de drogas); assim como pela qualidade dos serviços públicos, dentre outros.

Organizações e movimentos lutam por condições sociais, há um esforço por parte dessas instituições para resolver alguns problemas que muitas vezes afetam a família. Tais instituições, muitas vezes investem recursos financeiros na recuperação de pessoas usuárias de drogas no intuito de inseri-los socialmente.

Assim, é preciso adotar medidas coerentes com as necessidades sociais e comunitárias. Tal realidade aponta para a necessidade de um sistema preventivo que oriente e influencie o indivíduo a adquirir estilo de vida saudável e que auxilie a enfrentar a problemática das drogas.

Quando as famílias têm um caso de adolescente com problema de drogas ela precisa de apoio e orientação adequados porque o problema requer um acompanhamento específico e individualizado, cujas diretrizes precisam ser traçadas por profissionais competentes.

As ações de prevenção podem suscitar demanda. Isto é, alguma família ou jovem pode vir a pedir uma ajuda mais individualizada por estar passando por algum tipo

de dificuldade. Assim, há que se criar ou se informar de toda uma rede de alternativas de tratamento ou encaminhamento. (CAVALCANTE, 1999, p. 104)

Problemas relacionados às drogas atingem diretamente a sociedade e principalmente as famílias. Dessa forma, é preciso que o poder público e a sociedade estabeleçam um compromisso social e disponibilizem atendimento e medidas preventivas no caso de um tratamento relacionado ao uso de drogas.

Em outras palavras, a família e a comunidade precisam ter acesso aos profissionais e aos locais para buscar apoio e orientação preventiva adequada. A família precisa sentir-se amparada e protegida para enfrentar o problema tendo em vista os vários fatores que induz o indivíduo a ter um envolvimento com as drogas.

Nesse sentido, são muitos os desafios, dentre os quais:

- indivíduos que estão em processo de uma consciência em formação e, que adotam um modo de vida inconsequente;
- as situações de conflitos vivenciadas pelos pais, professores e comunidade e a implantação de políticas públicas com viés preventivo para os indivíduos que se encontram em plena fase de desenvolvimento;
- a disseminação das drogas seja para consumo ou como valor econômico;
- família desestruturada seja pelo fato de terem somente uma pessoa para o sustento gerando extrema pobreza seja por problema de saúde física ou de dependência (vícios).

Tais desafios assinalam a necessidade de se criar um programa preventivo e configuram motivos suficientes para adotarmos medidas de ação coletiva e preventivas, ou seja, políticas públicas sociais. Uma prestação de serviço desenvolvido para o benefício de todos, que tenha uma abordagem política educacional e social, que seja administrado por profissionais treinados, capacitados e envolvidos.

Desse modo, são pertinentes algumas reflexões:

- onde os jovens alunos podem encontrar profissionais habilitados no caso de se envolverem com drogas e qual abordagem e atendimento mais adequado para os que estão a caminho de novas experiências indo em direção às drogas;
- como pode a família, a comunidade e a escola realmente contribuir, isto é, a sociedade como um todo para um trabalho preventivo;

- em que medida o apoio externo pode ser eficaz ao propor caminhos alternativos e estratégias sobre como enfrentar os desafios que sobrevêm e aflige a família;
- qual é a importância de demonstrar interesse pessoal, usar de persuasão para manter uma conversa franca, explicar o mal que as drogas causam e a difícil recuperação.

Tais reflexões estimulam atitudes que valorizam as relações familiares e reforça a ideia de um trabalho em conjunto, uma parceria entre a comunidade e a família.

A proposta de um sistema de educação preventiva atuando junto à comunidade tem ação mais direta e pode preparar a família a enfrentar melhor com as dificuldades e ter condições de combater diversas influências. Para uma efetiva proposta de prevenção

[...] é fundamental investir na formação de profissionais qualificados. Não se trata apenas de gestos de boa vontade. Há toda uma maneira correta de abordar esse assunto. Não é uma tarefa apenas para voluntários, mas para profissionais devidamente treinados e habilitados. Bem orientados, eles poderão mobilizar outras forças igualmente importantes: os pais, os educadores e os trabalhadores sociais. (CAVALCANTE, 1999, p. 82 - 83)

Um trabalho preventivo realizado por profissionais habilitados e responsáveis e de forma continuada junto às famílias auxilia na promoção das relações familiares e engloba precaver, educar, orientar, informar todos os segmentos da sociedade. Tais ações preventivas além de conscientizar a família e a comunidade a compartilhar responsabilidades, podem dar novos rumos à família e a vida adolescente.

As intervenções sociais devem ser articuladas de forma a enfrentar o problema da delinquência juvenil e as drogas não somente de forma paliativa, mas continuada, ou seja, conscientizar os jovens sobre os efeitos das drogas e sobre os benefícios de um sistema preventivo educacional. Em outras palavras, estimular as relações no âmbito familiar é o melhor investimento e promover uma política preventiva educacional pode ser um caminho porque é um método de ação antecipada.

3 METODOLOGIA

Este trabalho é uma pesquisa bibliográfica e, como tal se desenvolve buscando explicar o problema a partir das referências teóricas publicadas em livros ou obras congêneres.

Para Koche o objetivo da pesquisa bibliográfica é

[...] conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. O autor afirma que um motivo básico que conduz a humanidade à investigação científica está em sua curiosidade intelectual, na necessidade de compreender o mundo em que se insere e na necessidade de se compreender a si mesma. Considera que a concepção de ciência, hoje, traz na sua essência a ideia da busca da investigação constante, do saber sempre mais e da consciência da sua falibilidade. (KOCHE, 1988, p. 27- 30 - 78).

De modo semelhante, Severino (2007, p. 122), aponta como característica da pesquisa bibliográfica o fato de desenvolver-se a partir de “dados ou categorias teóricas [...] decorrentes de pesquisas anteriores” [tais dados disponíveis] em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. [...] tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados.

O contato com diversas fontes possibilita aprofundar o conhecimento, ordenar e desenvolver a pesquisa. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores o que propicia o exame de um tema sob um novo enfoque e uma

[...] consideração e ponderação sobre o que se lê, observando todos os ângulos, tentando descobrir novos pontos de vista, novas perspectivas e relações; desse modo, favorece-se das ideias do autor, assim como o esclarecimento e o aperfeiçoamento delas, o que ajuda a aprofundar o conhecimento. (LAKATOS e MARCONI, 1990, p. 20).

Na perspectiva dos autores acima apresentados, o desenvolvimento deste trabalho seguiu a seguinte orientação

- primeiramente foram selecionados textos pertinentes ao tema em livros, artigos, periódicos e outros documentos acadêmicos impressos ou disponíveis eletronicamente;
- em seguida, foi feita uma triagem do material a ser utilizado, da qual foram selecionados os considerados mais relevantes para uma leitura posterior. Durante o processo de leitura foi feita uma nova seleção e triagem para a utilização no corpo textual do trabalho.

Tal processo orienta-se pela perspectiva de Cervo (1978, p. 58), que considera

[...] após a seleção o pesquisador ingressa no estudo propriamente dito dos textos, com a finalidade de saber o que o autor afirma sobre o assunto. Nesta fase são necessárias certas atitudes, como culto desinteressado da verdade, ausência de preconceitos. Simultaneamente o pesquisador deve ter sempre diante de si os problemas que se dispõe a resolver através do estudo. É uma fase de estudo, isto é, de reflexão deliberada e consciente (processo de aprendizagem); de percepção dos significados, o que envolve um esforço reflexivo que se manifesta através das operações de análise, comparação, diferenciação, síntese e julgamento (processo de apreensão); de apropriação dos dados referentes ao assunto ou problema (processo de assimilação). O estudo de um texto passa pelas mesmas fases do pensamento reflexivo: de uma visão global, passa-se à análise das partes ou elementos constitutivos para se chegar a uma síntese integradora.

A reflexão crítica sobre o material bibliográfico se desenvolve a partir da seleção e do exame, a literatura pertinente, um procedimento que implica em assumir uma atitude interpretativa e crítica face aos textos. Tal atitude contou ainda, com a contribuição inestimável da orientadora durante o processo de orientação.

Para Severino (2007, p. 233), esse processo constitui uma relação educativa

[...] que pressupõe necessariamente um trabalho conjunto em que ambas as partes crescem. Trata-se de uma relação de enriquecimento recíproco. O orientador estabelece com seu orientando uma relação educativa, com tudo o que isto significa, no plano da elaboração científica, entre os pesquisadores.

O percurso metodológico permitiu que houvesse uma compreensão acerca do problema social apresentado: a educação como subsídio para a prevenção da delinquência infanto-juvenil.

4 POSTOS DE ATENDIMENTO COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL

É relevante nos dias de hoje a implantação de políticas públicas preventivas que beneficiem especificamente a família e a comunidade porque geram mudanças e conseqüentemente oportunidades sociais capazes de refletir em melhoria de vida. Diante da necessidade de serviços ligados a políticas preventivas, este trabalho apresenta uma proposta de ação, aqui denominada Postos de Atendimento Familiar.

A proposta consiste num sistema preventivo educacional que ofereça uma prestação de serviço direcionado para os interesses coletivos. Denominamos “sistema preventivo” justamente porque é um método de ação antecipada, compreende o período que antecede uma situação de vulnerabilidade.

A prática de ações preventivas, como por exemplo, observar o período que antecede uma situação de risco pode ser uma estratégia de apoio para a família e que auxilia na valorização dos vínculos familiares. Tal benefício mostra a necessidade de locais apropriados que ofereçam atendimento à comunidade.

Os postos de atendimento têm como proposta:

- oferecer gratuitamente uma prestação de serviço orientadora e preventiva;
- auxiliar o setor social que se apresenta deficiente no que se refere à educação preventiva como ferramenta;
- servir como pontos de encontros para a troca de ideias, aprendizagens e aos que necessitam de orientação;
- formar colaboradores e juntos auxiliarem a comunidade a ser mais forte;
- discutir sobre qualidade de vida;
- estabelecer propostas voltadas para aos interesses coletivos;
- desdobrar ações colaborativas e associadas à construção social da cidadania.

Os Postos de Atendimento dotados de cunho social preventivo serão instalados em locais destinados para realizar palestras e desenvolver atividades educativas. O programa preventivo ganha amplitude na medida em que os jovens se adentrarem e comparecerem de forma rotineira aos Postos de Atendimento.

O trabalho nos Postos de Atendimento será realizado por profissionais da área social, comprometidos com a comunidade e capacitados para tornar prático e interessante o

desenvolvimento das atividades propostas. Esse profissional é denominado no âmbito desta proposta de Postos de Atendimento de Agente de Prevenção.

O Agente de Prevenção, ao representar os interesses da família, da comunidade, pode produzir mudanças sociais e está representado por um indivíduo dinâmico que deve atuar como consultor de família, facilitador, orientador, palestrante ou educador e ter um perfil atuante dependendo propriamente da situação em si irá atuar.

Quanto às funções do Agente de Prevenção é fundamental que os seguintes critérios sejam considerados:

- ser um profissional responsável, atuante e dinâmico;
- ser um articulador ou promotor da interação e da construção do diálogo;
- ser comprometido com a área social e atuar como gestor social;
- ter a habilidade de pesquisar as necessidades do entorno social;
- ter a habilidade de estimular a comunidade, especialmente os jovens, para conhecerem a finalidade dos Postos de Atendimento, o trabalho dos Agentes de Prevenção.

Alguns requisitos são essenciais para o cumprimento das atividades e dos objetivos, o profissional da área social ao atuar junto à família e a comunidade deve expressar atitudes que facilite o processo comunicativo.

Esse tipo de intervenção requer profissionais qualificados, que dominem as bases teórico-metodológicas que instrumentalizam a apreensão da realidade do adolescente e de sua família expressa nas mais variadas formas. Requer, também, que esses profissionais conheçam criticamente as políticas sociais existentes, bem como as dificuldades resultantes do distanciamento entre os direitos conquistados e a realidade do atendimento oferecido. [...]. Esta proposta de atuação favorece o exercício da flexibilidade e da firmeza necessárias no trabalho com os jovens: flexibilidade para contemplar o todo, agilidade para perceber suas particularidades, maleabilidade para enxergar as diversidades, aptidão para encaminhar novas propostas na superação das complexidades de um mesmo fato vivenciado por deferentes populações e sujeitos; firmeza no estabelecimento das regras instituídas pelo grupo/coordenação; persistência e constância na operacionalização das ações; vigor nos trabalhos desenvolvidos. (LOSACCO, 2007, p. 75).

Como a proposta envolve comportamentos de gestão social, o Agente de Prevenção precisa ser treinado e capacitado de modo a formar uma equipe que seja conciliadora e articulada entre outros Agentes de Prevenção, a comunidade, os pais, os alunos, os professores e demais pessoas envolvidas no contexto em questão.

É relevante que o profissional já tenha experiências na área social, haja vista que a bagagem de conhecimentos adquiridos possibilita realizar a função com flexibilidade e firmeza necessária, habilidades básicas condizente com as responsabilidades.

O Agente de Prevenção pode iniciar o trabalho se apresentando à comunidade, informando sobre essa nova modalidade de prestação de serviço através de um folheto explicativo elaborado com a finalidade de apresentar os Postos de Atendimento.

As informações devem ser claras e objetivas, tais como endereço, telefone, horário de funcionamento, tipo do ambiente, programação e atividades que serão desenvolvidas, o perfil do agente de prevenção, seu objetivo. Para que um trabalho eficiente seja conduzido é fundamental que se organize um cadastro que conste: hábitos e costumes, cultura, características locais, necessidades locais, os problemas existentes da comunidade, perfil dos participantes e as visitas realizadas.

Assim, objetivando o bom atendimento a família, escola e comunidade, impõem-se a necessidade de se elaborar um programa preventivo educacional que contemple de forma organizada o cronograma das atividades, assuntos a serem abordados e discutidos, o público alvo.

Um programa de prevenção deve começar com a identificação precisa da população-alvo, isto é, quais as suas necessidades, os seus valores, ideologias, questões políticas, econômicas, qual a incidência e qual a prevalência do uso indevido de drogas, entre outros dados. Feito o diagnóstico da situação e identificadas as características da população-alvo, resta definir os objetivos do programa, para, em seguida, estabelecer as estratégias utilizadas, permanecendo presentes em todas as etapas e na avaliação. A avaliação durante o processo permite selecionar as estratégias mais efetivas e descartar as ineficazes, modificando o programa em andamento. (SANTOS, 1997, p. 84)

As informações coletadas podem nortear a condução das atividades e na tomada de decisões no que se refere a futuros comportamentos e, conseqüentemente, seu aprimoramento. A implantação de um sistema preventivo educacional requer fixar objetivos, por meio de ação social compartilhada e interesses em comum.

Ao assumir a função de um Agente de Prevenção, o profissional assume a responsabilidade por todas as atividades relacionadas com a didática pedagógica. Uma responsabilidade que requer conhecimento e técnicas que se manifesta em diferentes papéis: mediador e facilitador.

O mediador possibilita a construção de novas linguagens e caminhos e a troca de experiências, sua postura exige ouvir os dois lados diante de um problema e, ao lidar com imprevistos procura saída nas situações conflitantes atuando de forma neutra.

Sampaio (2007, p. 91 - 92) ressalta sobre o papel do mediador e do facilitador:

Inevitavelmente o mediador desempenhará o papel de líder perante os mediados, entendendo-se essa liderança como coordenadora do processo e, dessa forma, dois componentes se destacam: empatia e a habilidade que permitirão ao mediador

transmitir aos mediados um conjunto de valores de grande importância para o bom andamento do processo, ou seja, confiança, lealdade, serenidade, cooperação, respeito e não violência. O segundo papel fundamental do mediador é o de servir como agente transformador, e o desempenho desse papel têm importantes conseqüências para o exercício de suas funções. [...]. O mediador também exerce um terceiro e importante papel que é o de facilitador do processo, atuando na comunicação, na ampliação dos recursos, explorando os problemas, servindo de agente de realidade, prestando-se a ser um catalisador das partes, em momento de angústia e exacerbação das emoções.

Ao atuar como mediador e facilitador, o Agente de Prevenção pode analisar, ponderar e identificar os reais conflitos e através de argumentação convincente fornecer sugestões coerentes. Ao se colocar numa posição imparcial pode oferecer uma orientação coerente e construir em conjunto a possibilidade do diálogo. Tais funções favorecem o exercício da cooperação entre todos.

Ao desempenhar diferentes papéis, o Agente de Prevenção precisa atuar de forma flexível diante dos conflitos existentes reconhecendo que a

[...] proposta prioriza um contexto que humaniza, através do exercício de ouvir, de acolher, considerar, de trocar. Tem no profissional um catalisador/facilitador do fazer emergir os conflitos, as possibilidades de diálogos. [...], necessariamente, um participante das possibilidades de novos encaminhamentos das questões e das informações. Favorece o desvelamento dos valores e das dissonâncias impressas nas atitudes relacionais entre jovens e adultos, como, por exemplo: a autoridade e o autoritarismo, a liberdade e a bagunça, a autonomia e o individualismo. Proporciona o questionar, o divergir, o estar à vontade para debater, assegurando-se importância do aprender a pesar as diferentes alternativas e do poder de escolha entre uma coisa e outra. Formas que levam a escolhas livres, mas com responsabilidades que devem crescer juntas, num mesmo eixo, na busca da construção da cidadania. (LOSACCO, 2007, p. 76).

Na condução das atividades o profissional precisa desenvolver a capacidade de ouvir, conhecer a comunidade, o jovem e o contexto familiar, as dificuldades e os problemas que a comunidade enfrenta. Do facilitador ou mediador exige-se um aperfeiçoamento contínuo, requer buscar novos caminhos ou estratégias para viabilizar o encaminhamento de situações conflituosas.

Nos Postos de Atendimento os Agentes de Prevenção como profissionais acessíveis à comunidade podem organizar palestras e apresentar aos pais formas de sobressair-se bem nesta difícil tarefa de educar seus filhos. As atividades desenvolvidas farão parte de um programa de educação preventiva.

Desse modo, a localização dos Postos de Atendimento de atendimento também precisa primar pelas facilidades oferecidas aos Agentes de Prevenção e toda a comunidade. Assim, é fundamental que suas instalações sejam de fácil acesso, acolhedoras, convidativas e abertas à comunidade.

Os Postos de atendimento como ferramenta de educação preventiva podem ser um apoio à família e a comunidade, uma saída para se enfrentar as surpresas que possam surgir. A família, como instituição milenar, precisa ser bem orientada, estruturada e saber que seus direitos são respeitados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho discorreu sobre as questões relacionadas à delinquência juvenil e os papéis desempenhados das instituições sociais, familiar e escolar no âmbito de tais infrações.

O levantamento bibliográfico mostrou que a família constitui-se o eixo, o cerne da sociedade. Como transmissora de valores sociais e culturais tem sua dinâmica e que o modelo flexível familiar no período contemporâneo interfere nas relações familiares. Os vínculos social, familiar e escolar propiciam ao indivíduo condição de pertencimento social.

A instituição familiar, situada no centro das políticas públicas de proteção social, foi o ponto de partida das reflexões aqui apresentadas. O fortalecimento das relações familiares reflete em todas as áreas e influencia na qualidade de vida, mas algumas vezes os filhos crescem e se desenvolvem durante sua fase produtiva em lares ausentes, sem um modelo parental. Tal situação constitui um desafio que a família contemporânea enfrenta. Mas a educação preventiva pode ser vista como uma ferramenta de apoio para a família contribuindo para o desenvolvimento social do indivíduo.

A escola, por sua vez, como direito garantido constitucionalmente, assume o papel de promover o intercâmbio entre o ensino e o mundo. Entretanto, essa instituição algumas vezes, passa por grandes desafios relacionados ao convívio social, porque o indivíduo pode transferir sua experiência, sua formação e o convívio familiar para dentro do ambiente escolar. Assim, a escola ao invés de ser espaço que deveria ser gerador da construção do conhecimento, de convivência harmoniosa entre o grupo de adolescentes, se torna um lugar onde se acentua a violência, agressão, gerando insatisfação e insegurança.

No âmbito social leis que definem e norteiam quanto aos direitos e deveres dos indivíduos são disponibilizados à sociedade. Tais leis asseguram o exercício da cidadania como o construtor da formação humana e estabelece as responsabilidades instituídas no âmbito familiar.

As três instituições sociedade, família e escolar, numa relação de proximidade, constituem um tripé que possibilita a sustentação do jovem, o qual, com medidas adequadas, podem evitar ou favorecer o descaminho desses indivíduos para um mundo de delinquências, contudo, é fundamental que cada instituição desempenhe seu papel conjuntamente, de forma a fortalecer tal sustentação.

Chamar a atenção para essa perspectiva foi o objetivo deste trabalho.

De modo mais particular, este trabalho tratou sobre a questão das drogas, reconhecidamente relacionada direta ou indiretamente à maioria dos casos de delinquência juvenil e na atualidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: Osmar Fávero et al. (Org.). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: MEC, 2007. (Coleção Educação para Todos, 16)
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2013.
- CARLINI-MARLATT, Beatriz. Drogas e Jovens: abordagens contemporâneas. In: FREITAS, Maria Virgínia de (org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CAVALCANTE, Antonio Mourão. **Drogas: esse barato sai caro: os caminhos da prevenção**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.
- CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Tradução: Lia Gabriele Regius Reis. Revisão técnica Maria Letícia B. R. Nascimento. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CURY, Thereza Christina Holl. Elaboração de projetos sociais. In: ÁVILA, Célia M. de. (Coord.). **Gestão de projetos sociais**. São Paulo: AAPCS, 2000.
- CURTY, Ana Luísa. Administração em organizações de produto social: articulações possíveis In: ÁVILA, Célia M. de. (Coord.). **Gestão de projetos sociais**. São Paulo: AAPCS, 2001.
- DRUMMOND, Marina Canal Caetano; DRUMMOND FILHO, Helio Caetano. **Drogas: a busca de respostas**. São Paulo: Loyola, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.
- FREITAS, Luiz Alberto Pinheiro de. **Adolescência, Família e Drogas**. A função paterna e a questão dos limites. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. **O protagonista da sociedade civil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- GONZÁLEZ, Zuleika Kohler; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Concepções sobre a categoria juventude: paradoxos e as produções nos modos de ser jovem. In: CRUZ, Lílian

Rodrigues da; GUARESCHI Neuza. **Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

HAECHT, Anne Van. **Sociologia da Educação a escola posta à prova**. Tradução Sandra Loguercio. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

HILLESHEIM, Betina; CRUZ, Lílian Rodrigues da. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI Neuza. **Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 12. ed. Porto Alegre: Vozes, 1988.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LOSACCO, Silvia. O jovem e o contexto familiar. In: ACOSTA, Ana Rojas (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais - PUC, 2007.

MANTOVANI, Mariângela. **Quando é necessário dizer não**. São Paulo: Paulinas, 2004.

SAMPAIO, Lia Regina Castaldi. **O que é mediação de conflitos**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTOS, Rosa Maria Silvestre. **Prevenção de droga na escola: Uma abordagem psicodramática**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

SARRAMONA I LÓPEZ, Jaume. **Educação na família e na escola**. São Paulo: Loyola, 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UNIFESP. Departamento de Psicobiologia. **O que são drogas psicotrópicas?** Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas psicotrópicas, 2008. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/folhetos/folhetos.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2013

WAGNER, Adriana. **Casamento e família: do social à clínica**. Rio de Janeiro: Nau, 2001.